

Sumário

Capítulo 1 O Direito Administrativo

- 1.1. Direito público e direito privado
- 1.2. Conceito de Direito Administrativo – Critérios
 - 1.2.1. Escola legalista
 - 1.2.2. Escola do Serviço Público
 - 1.2.3. Escola da *Puissance Publique*
 - 1.2.4. Critério das relações jurídicas
 - 1.2.5. Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado
 - 1.2.6. Critério teleológico
 - 1.2.7. Critério negativo
 - 1.2.8. Critério da hierarquia entre os órgãos
 - 1.2.9. Critério do Poder Executivo
 - 1.2.10. Critério da Administração Pública
- 1.3. Fontes do Direito Administrativo
- 1.4. Resumo

Capítulo 2 Estado, Governo e Administração Pública

- 2.1. Estado
 - 2.1.1. Elementos do Estado
 - 2.1.2. Organização do Estado
 - 2.1.3. Poderes do Estado
- 2.2. Governo
- 2.3. Administração Pública
 - 2.3.1. Sentidos amplo e estrito
 - 2.3.2. Sentidos subjetivo e objetivo
 - 2.3.2.1. Administração Pública em sentido subjetivo, formal, orgânico
 - 2.3.2.2. Administração Pública em sentido objetivo, material, funcional
- 2.4. Desconcentração e descentralização
- 2.5. A Administração Direta e seus órgãos
 - 2.5.1. Teorias sobre os órgãos
 - 2.5.1.1. Teoria do mandato
 - 2.5.1.2. Teoria da representação
 - 2.5.1.3. Teoria do órgão, ou da imputação
 - 2.5.2. Capacidade processual do órgão
 - 2.5.3. Classificações dos órgãos
 - 2.5.3.1. Quanto à posição estatal
 - 2.5.3.2. Quanto à estrutura
 - 2.5.3.3. Quanto à composição
 - 2.5.4. Características da Administração Direta
 - 2.5.4.1. Pessoal
 - 2.5.4.2. Licitações e contratos
 - 2.5.4.3. Bens
 - 2.5.4.4. Juízo privativo
 - 2.5.4.5. Privilégios

- 2.6. A Administração Indireta e suas entidades
 - 2.6.1. Entidades autárquicas – as autarquias
 - 2.6.1.1. Conceito
 - 2.6.1.2. Criação
 - 2.6.1.3. Traços comuns com a Administração Direta
 - 2.6.1.4. Autarquias de regime especial
 - 2.6.1.5. Classificações
 - 2.6.1.6. Consórcios públicos
 - 2.6.2. Entidades fundacionais – as fundações públicas
 - 2.6.2.1. Conceito
 - 2.6.2.2. Criação
 - 2.6.2.3. Natureza jurídica
 - 2.6.3. Entidades empresariais – as empresas públicas e as sociedades de economia mista
 - 2.6.3.1. Conceito
 - 2.6.3.2. Criação
 - 2.6.3.3. Licitação e contratos
 - 2.6.3.4. Pessoal
 - 2.6.3.5. Falência
 - 2.6.3.6. Penhorabilidade de seus bens
 - 2.6.3.7. Imunidade
 - 2.6.3.8. Inaplicabilidade do regime de precatórios
 - 2.6.3.9. Juízo privativo
 - 2.6.3.10. Novas regras de conduta impostas pela Lei nº 13.303/2016
 - 2.6.3.11. Espécies
 - 2.6.3.11.1. Empresas públicas
 - 2.6.3.11.2. Sociedades de economia mista
 - 2.6.3.11.3. Diferenças entre as espécies
 - 2.6.4. Quadro esquemático
 - 2.6.5. Características comuns às entidades da Administração Indireta
 - 2.6.6. Privilégios das autarquias e fundações públicas não estendidos às empresas públicas e sociedades de economia mista
- 2.7. Entidades paraestatais
 - 2.7.1. Conceito
 - 2.7.2. Serviços sociais autônomos
 - 2.7.3. Fundações de apoio
 - 2.7.4. Organizações Sociais – OS
 - 2.7.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP
 - 2.7.6. Organizações da Sociedade Civil – OSCs
 - 2.7.6.1. Chamamento público
 - 2.7.6.2. Execução da parceria
 - 2.7.7. OS, OSCIP e OSC – visão geral
- 2.8. Agências
 - 2.8.1. Agências executivas
 - 2.8.2. Agências reguladoras
 - 2.8.2.1. Conceito
 - 2.8.2.2. Características
 - 2.8.2.3. Recurso hierárquico impróprio
 - 2.8.2.4. Principais agências reguladoras
- 2.9. Contrato de gestão
- 2.10. Resumo
 - 2.10.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

- 3.1. Introdução
- 3.2. Princípios básicos ou constitucionais expressos
 - 3.2.1. Legalidade
 - 3.2.2. Impessoalidade
 - 3.2.3. Moralidade
 - 3.2.4. Publicidade
 - 3.2.5. Eficiência
- 3.3. Princípios gerais
 - 3.3.1. Supremacia do interesse público sobre o interesse particular
 - 3.3.2. Indisponibilidade do interesse público
 - 3.3.3. Presunção de legitimidade
 - 3.3.4. Autoexecutoriedade
 - 3.3.5. Especialidade
 - 3.3.6. Continuidade do serviço público
 - 3.3.7. Razoabilidade e proporcionalidade
 - 3.3.8. Tutela
 - 3.3.9. Autotutela
 - 3.3.10. Hierarquia
 - 3.3.11. Motivação
 - 3.3.12. Segurança jurídica
 - 3.3.13. Inafastabilidade do controle judicial
 - 3.3.13.1. Sistemas administrativos: jurisdição *una versus* contencioso administrativo
 - 3.3.14. Jurisdição
 - 3.3.15. Sindicalidade
- 3.4. Regime jurídico-administrativo
- 3.5. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal
- 3.6. Lei sobre “conflito de interesses”
- 3.7. Lei de “acesso à informação”
- 3.8. Resumo
 - 3.8.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 4 Uso e Abuso de Poder

- 4.1. Introdução
- 4.2. Poder vinculado
- 4.3. Poder discricionário
- 4.4. Poder regulamentar
 - 4.4.1. Conceito
 - 4.4.2. O regulamento autônomo
- 4.5. Poder hierárquico
- 4.6. Poder disciplinar
- 4.7. Poder de polícia
 - 4.7.1. Introdução
 - 4.7.2. Sentidos
 - 4.7.3. Características
 - 4.7.4. Polícia administrativa e polícia judiciária
 - 4.7.4.1. Polícia administrativa
 - 4.7.4.2. Polícia judiciária
 - 4.7.4.3. Resumo esquemático
- 4.8. Abuso de poder
 - 4.8.1. Excesso de poder
 - 4.8.2. Desvio de poder ou desvio de finalidade
- 4.9. Resumo
 - 4.9.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 5 Administração Pública e Servidores Públicos – Disposições Constitucionais

- 5.1. Introdução
- 5.2. Agentes públicos
 - 5.2.1. Agentes políticos
 - 5.2.2. Agentes administrativos
 - 5.2.3. Agentes honoríficos
 - 5.2.4. Agentes delegados
 - 5.2.5. Agentes credenciados
- 5.3. Servidores públicos
- 5.4. Cargos, empregos e funções
 - 5.4.1. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções
- 5.5. Dispositivos constitucionais
 - 5.5.1. Acesso a cargos, empregos e funções
 - 5.5.2. Concurso público
 - 5.5.3. Cargos em comissão e funções de confiança
 - 5.5.4. Direitos à associação sindical e à greve
 - 5.5.5. Reserva de vagas para deficientes
 - 5.5.6. Contratação por tempo determinado
 - 5.5.7. Sistema remuneratório de pessoal
 - 5.5.8. Acumulação de cargos, empregos e funções
 - 5.5.9. Precedência da administração fazendária
 - 5.5.10. Criação de entidades da Administração Indireta
 - 5.5.11. Necessidade de licitação pública
 - 5.5.12. Administração tributária
 - 5.5.13. Vedação à promoção pessoal
 - 5.5.14. Posse irregular
 - 5.5.15. Participação da população
 - 5.5.16. Improbidade administrativa
 - 5.5.17. Responsabilidade dos agentes
 - 5.5.18. Responsabilidade civil do Estado
 - 5.5.19. Acesso a informações privilegiadas
 - 5.5.20. Previsão de ampliação da autonomia da administração por contrato de gestão
 - 5.5.21. Disposições acerca do sistema remuneratório
 - 5.5.22. Percepção cumulativa de cargos e proventos
 - 5.5.23. Servidor público em mandato eletivo
 - 5.5.24. A extinção do regime jurídico único
 - 5.5.25. Fixação da remuneração
 - 5.5.26. Escolas de governo
 - 5.5.27. Direitos sociais
 - 5.5.28. O subsídio
 - 5.5.29. Relação entre a maior e a menor remuneração
 - 5.5.30. Publicação das remunerações
 - 5.5.31. Recursos visando à eficiência
 - 5.5.32. Possibilidade de pagamento de subsídio aos servidores de carreira
 - 5.5.33. Regime previdenciário dos servidores públicos
 - 5.5.34. Estabilidade dos servidores públicos
 - 5.5.34.1. Aquisição de estabilidade *versus* estágio probatório
 - 5.5.34.2. Perda do cargo pelo servidor estável
- 5.6. Resumo
 - 5.6.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 6 Responsabilidade dos Agentes

- 6.1. Previsão constitucional
- 6.2. Comunicabilidade de instâncias
- 6.3. Resumo
 - 6.3.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 7 Responsabilidade Civil do Estado

- 7.1. Previsão constitucional
- 7.2. Evolução das teorias sobre a responsabilidade do Estado
 - 7.2.1. Teoria da irresponsabilidade
 - 7.2.2. Teoria da culpa civil
 - 7.2.3. Teoria da culpa administrativa, culpa anônima ou culpa do serviço
 - 7.2.4. Teoria do risco administrativo
 - 7.2.5. Teoria do risco integral
- 7.3. Reparação do dano
 - 7.3.1. Possibilidade de denúncia à lide
 - 7.3.2. Possibilidade de litisconsórcio
 - 7.3.3. Possibilidade de ação direta contra o agente
 - 7.3.4. Prescrição
- 7.4. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e jurisdicionais
 - 7.4.1. Responsabilidade por atos legislativos
 - 7.4.2. Responsabilidade por atos jurisdicionais
- 7.5. Resumo
 - 7.5.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 8 Regime de Previdência dos Servidores Públicos

- 8.1. Previsão constitucional
- 8.2. Emenda Constitucional nº 20
 - 8.2.1. O regime de previdência complementar
- 8.3. Emenda Constitucional nº 41
- 8.4. Emenda Constitucional nº 47
- 8.5. Emenda Constitucional nº 70
- 8.6. Emenda Constitucional nº 88
- 8.7. Outros dispositivos importantes do art. 40 da Constituição Federal
- 8.8. Resumo
 - 8.8.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 9 Estatuto Federal

- 9.1. Alcance
- 9.2. Formas de provimento
- 9.3. Estágio probatório
- 9.4. Formas de vacância
- 9.5. Formas de deslocamento
- 9.6. Substituição
- 9.7. Direitos e vantagens
 - 9.7.1. Vencimento e remuneração
 - 9.7.2. Vantagens
 - 9.7.2.1. Indenizações
 - 9.7.2.2. Gratificações e adicionais
 - 9.7.3. Férias
 - 9.7.4. Licenças
 - 9.7.4.1. Por motivo de doença em pessoa da família
 - 9.7.4.2. Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro

- 9.7.4.3. Para o serviço militar
- 9.7.4.4. Para atividade política
- 9.7.4.5. Para capacitação
- 9.7.4.6. Para tratar de interesses particulares
- 9.7.4.7. Para desempenho de mandato classista
- 9.7.4.8. Quadro-resumo
- 9.7.5. Afastamentos
 - 9.7.5.1. Para servir a outro órgão ou entidade
 - 9.7.5.2. Para mandato eletivo
 - 9.7.5.3. Para estudo ou missão no exterior
 - 9.7.5.4. Para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país
- 9.7.6. Concessões
 - 9.7.6.1. Ausência ao serviço sem qualquer prejuízo
 - 9.7.6.2. Horário especial
 - 9.7.6.3. Garantia de matrícula em instituição de ensino congênera
- 9.7.7. Direito de petição
- 9.8. Regime disciplinar
 - 9.8.1. Penalidades
 - 9.8.2. Aplicação das penalidades
 - 9.8.3. Prescrição da ação disciplinar
 - 9.8.4. Quadro esquemático
- 9.9. Processo disciplinar
 - 9.9.1. O processo administrativo disciplinar – PAD
 - 9.9.2. O procedimento sumário
 - 9.9.3. Quadro esquemático
 - 9.9.4. Revisão do processo disciplinar
- 9.10. Seguridade social do servidor
 - 9.10.1. Benefícios do servidor
 - 9.10.2. Benefícios do dependente
- 9.11. Resumo
 - 9.11.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 10 Improbidade Administrativa

- 10.1. Previsão constitucional
- 10.2. Sujeitos ativo e passivo
- 10.3. Atos de improbidade administrativa
- 10.4. Penalidades
- 10.5. Procedimento administrativo e processo judicial
- 10.6. Foro privilegiado
- 10.7. Lei nº 12.846/2013 – “Lei anticorrupção”
 - 10.7.1. Processo administrativo de responsabilização
 - 10.7.2. Processo judicial de responsabilização
- 10.8. Resumo
 - 10.8.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 11 Atos Administrativos

- 11.1. Conceito
- 11.2. Atributos dos atos administrativos
 - 11.2.1. Presunção de legitimidade

- 11.2.2. Imperatividade
- 11.2.3. Autoexecutoriedade
- 11.2.4. Tipicidade
- 11.3. Elementos dos atos administrativos
 - 11.3.1. Competência
 - 11.3.2. Finalidade
 - 11.3.3. Forma
 - 11.3.4. Motivo
 - 11.3.5. Objeto
- 11.4. Ato discricionário *versus* ato vinculado
 - 11.4.1. Motivação dos atos administrativos – teoria dos motivos determinantes
 - 11.4.2. Mérito administrativo
 - 11.4.3. Análise do mérito administrativo
- 11.5. Formas de extinção dos atos administrativos
 - 11.5.1. Revogação
 - 11.5.2. Anulação
 - 11.5.3. Cassação
 - 11.5.4. Caducidade
 - 11.5.5. Contraposição, derrubada
 - 11.5.6. Renúncia
- 11.6. Classificação dos atos administrativos
 - 11.6.1. Quanto à posição da Administração Pública
 - 11.6.2. Quanto ao destinatário
 - 11.6.3. Quanto à exequibilidade
 - 11.6.4. Quanto aos efeitos
 - 11.6.5. Quanto ao alcance
 - 11.6.6. Quanto à formação da vontade
 - 11.6.7. Quanto às consequências de seus vícios
 - 11.6.8. Quanto à extensão de seus efeitos
 - 11.6.9. Quanto ao conteúdo e à forma
- 11.7. Convalidação dos atos administrativos
- 11.8. Espécies de atos administrativos
- 11.9. Principais atos e espécies
 - 11.9.1. Decretos
 - 11.9.2. Regulamentos
 - 11.9.3. Resoluções
 - 11.9.4. Regimentos
 - 11.9.5. Deliberações
 - 11.9.6. Instruções normativas
 - 11.9.7. Portarias
 - 11.9.8. Despachos
 - 11.9.9. Licenças
 - 11.9.10. Autorizações e permissões
 - 11.9.11. Aprovação
 - 11.9.12. Admissão
 - 11.9.13. Visto
 - 11.9.14. Homologação
- 11.10. Efeitos do ato administrativo
- 11.11. Resumo

- 12.1. Previsão constitucional
- 12.2. Princípios
 - 12.2.1. Procedimento formal
 - 12.2.2. Vinculação ao instrumento convocatório
 - 12.2.3. Julgamento objetivo
 - 12.2.4. Igualdade ou competitividade
 - 12.2.5. Sigilo das propostas
 - 12.2.6. Vedação de imposição de marcas
 - 12.2.7. Adjucação compulsória
- 12.3. Modalidades de licitação
 - 12.3.1. Concorrência
 - 12.3.2. Tomada de preços
 - 12.3.3. Convite
 - 12.3.4. Diferenças entre concorrência, tomada de preços e convite
 - 12.3.5. Concurso
 - 12.3.6. Leilão
 - 12.3.7. Pregão
 - 12.3.7.1. Pregão eletrônico
 - 12.3.8. Consulta
- 12.4. Tipos de licitação
- 12.5. Fases da licitação
 - 12.5.1. Abertura do processo administrativo
 - 12.5.2. Elaboração do instrumento convocatório
 - 12.5.3. Publicidade do instrumento convocatório
 - 12.5.4. Recebimento e julgamento das propostas
 - 12.5.5. Homologação
 - 12.5.6. Adjucação
- 12.6. Exceções ao dever de licitar
 - 12.6.1. Inexigibilidade de licitação
 - 12.6.2. Dispensa de licitação
 - 12.6.2.1. Licitação dispensada
 - 12.6.2.2. Licitação dispensável
- 12.7. Comissão de licitação
- 12.8. Participação de empresas em consórcio
- 12.9. Recursos administrativos
- 12.10. Parcelamento de obras, serviços e compras
- 12.11. Registro de preços
- 12.12. Microempresas e empresas de pequeno porte
- 12.13. Revogação e anulação da licitação
- 12.14. Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC
 - 12.14.1. Fases da licitação
 - 12.14.1.1. Fase preparatória
 - 12.14.1.2. Publicação do instrumento convocatório
 - 12.14.1.3. Apresentação de propostas ou lances
 - 12.14.1.4. Julgamento
 - 12.14.1.5. Habilitação
 - 12.14.1.6.Fase recursal
 - 12.14.1.7.Encerramento
 - 12.14.2. Regimes de execução
 - 12.14.3. Dispensa e inexigibilidade de licitação

12.14.4.....	Condições
específicas para a participação no RDC	
12.14.5.....	Sanções
12.15. Regime de licitação e contratos das empresas estatais	
12.15.1.....	Características
comuns à lei do RDC	
12.15.2.....	Procedimento
licitatório	
12.15.3.....	Regimes de
execução	
12.15.4.....	Veadações à
participação nas licitações	
12.15.5.....	Dispensa e
inexigibilidade de licitação	
12.15.5.1. Inexigibilidade de licitação	
12.15.5.2. Licitação dispensável	
12.15.5.3. Licitação dispensada	
12.15.6.....	Contratos
firmados pelas empresas estatais	
12.15.6.1. Exigência de garantia	
12.15.6.2. Prazo contratual	
12.15.6.3. Execução contratual	
12.15.6.4. Sanções administrativas	
12.16. Resumo	
12.16.1.....	Resumo das
jurisprudências deste capítulo	

Capítulo 13 **Contrato Administrativo**

13.1. Introdução	
13.2. Cláusulas exorbitantes	
13.2.1. Alteração unilateral do contrato pela Administração	
13.2.2. Rescisão unilateral do contrato pela Administração	
13.2.3. Exigência de garantia do contratado	
13.2.4. Aplicação de sanções ao contratado	
13.2.5. Fiscalização do contrato pela Administração	
13.2.6. Assunção do objeto contratado	
13.2.7. Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i> pelo contratado	
13.3. Características dos contratos administrativos	
13.3.1. Natureza de contrato de adesão	
13.3.2. Natureza pessoal	
13.3.3. Formalismo	
13.3.4. Mutabilidade	
13.4. Convênios	
13.5. Modalidades de contratos administrativos	
13.5.1. Contrato de fornecimento	
13.5.2. Contratos de obra pública e de serviços	
13.5.3. Contrato de concessão	
13.5.3.1. Concessão de serviço público	
13.5.3.2. Concessão de obra pública	
13.5.3.3. Concessão de uso	
13.6. Resumo	
13.6.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo	

Capítulo 14 **Serviços Públicos**

- 14.1. Introdução
- 14.2. Elementos de sua definição
 - 14.2.1. Elemento subjetivo
 - 14.2.2. Elemento objetivo ou material
 - 14.2.3. Elemento fomal
- 14.3. Delegação de serviços públicos
 - 14.3.1. Autorização de serviço público
 - 14.3.2. Permissão de serviço público
 - 14.3.3. Concessão de serviço público
 - 14.3.3.1. Intervenção na concessão
 - 14.3.3.2. Extinção da concessão
 - 14.3.3.2.1. Termo contratual
 - 14.3.3.2.2. Encampação
 - 14.3.3.2.3. Caducidade
 - 14.3.3.2.4. Rescisão
 - 14.3.3.2.5. Anulação
- 14.4. Delegação – quadro esquemático
- 14.5. Classificação de serviços públicos
 - 14.5.1. Originário e derivado
 - 14.5.2. Próprio e impróprio
 - 14.5.3. Administrativo, comercial e social
 - 14.5.4. Geral e individual
 - 14.5.5. Obrigatório e facultativo
- 14.6. Parceria público-privada – PPP
- 14.7. Consórcios públicos
- 14.8. Resumo
 - 14.8.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 15 **Processo Administrativo Federal**

- 15.1. Abrangência
- 15.2. Princípios
- 15.3. Critérios
 - 15.3.1. Publicidade
 - 15.3.2. Oficialidade
 - 15.3.3. Verdade material
 - 15.3.4. Informalismo
 - 15.3.5. Instrumentalidade das formas
- 15.4. Critérios *versus* princípios
- 15.5. Direitos e deveres do administrado
- 15.6. O processo
- 15.7. Competência
- 15.8. Impedimento e suspeição
- 15.9. Instrução do processo
- 15.10. Anulação, revogação e convalidação
- 15.11. Recursos administrativos
- 15.12. Revisão administrativa
- 15.13. Prazos
- 15.14. Prescrição administrativa
- 15.15. Resumo

Capítulo 16 **Controle da Administração Pública**

- 16.1. Conceito
- 16.2. Classificação
 - 16.2.1. Quanto à existência de hierarquia
 - 16.2.1.1. Hierárquico
 - 16.2.1.2. Finalístico
 - 16.2.2. Quanto ao âmbito em que é feito o controle
 - 16.2.2.1. Interno
 - 16.2.2.2. Externo
 - 16.2.3. Quanto ao órgão que exerce o controle
 - 16.2.3.1. Administrativo
 - 16.2.3.2. Legislativo ou parlamentar
 - 16.2.3.3. Judicial ou judiciário
 - 16.2.3.3.1. *Habeas corpus* (art. 5º, LXVIII, CF)
 - 16.2.3.3.2. *Habeas data* (art. 5º, LXXII, CF)
 - 16.2.3.3.3. Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF)
 - 16.2.3.3.4. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF e art. 21 da Lei nº 12.016/2009)
 - 16.2.3.3.5. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF)
 - 16.2.3.3.6. Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF)
 - 16.2.3.3.7. Ação civil pública
 - 16.2.3.3.8. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)
 - 16.2.3.3.9. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (Adio)
 - 16.2.3.3.10.Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)
 - 16.2.4. Quanto ao momento do controle
 - 16.2.4.1. Prévio
 - 16.2.4.2. Concomitante
 - 16.2.4.3. Posterior
 - 16.2.5. Quanto ao aspecto
 - 16.2.5.1. Controle de legalidade
 - 16.2.5.2. Controle de mérito
- 16.3. Resumo
 - 16.3.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 17 **Bens Públicos**

- 17.1. Domínio público
- 17.2. Bens públicos
- 17.3. Classificação
- 17.4. Características
 - 17.4.1. Inalienabilidade
 - 17.4.2. Imprescritibilidade
 - 17.4.3. Impenhorabilidade
 - 17.4.4. Impossibilidade de oneração
- 17.5. Uso privado dos bens públicos por particulares
 - 17.5.1. Uso privado de bens do domínio público do Estado
 - 17.5.1.1. Autorização de uso
 - 17.5.1.2. Permissão de uso
 - 17.5.1.3. Concessão de uso
 - 17.5.2. Uso privado de bens do domínio privado do Estado
- 17.6. Espécies de bens públicos
 - 17.6.1. Terras devolutas
 - 17.6.2. Mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental
 - 17.6.3. Terrenos de marinha e seus acréscidos
 - 17.6.4. Faixa de fronteira

- 17.6.5. Resumo esquemático
- 17.7. Resumo
 - 17.7.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Capítulo 18 **Intervenção do Estado na Propriedade Privada**

- 18.1. Introdução
- 18.2. Modalidades de intervenção
 - 18.2.1. Desapropriação
 - 18.2.1.1. Desapropriação sem que o proprietário dê causa
 - 18.2.1.2. Desapropriação quando o proprietário dá causa
 - 18.2.1.2.1. Não atender à função social (imóvel rural)
 - 18.2.1.2.2. Não atender à função social (imóvel urbano)
 - 18.2.1.2.3. Atividades ilícitas
 - 18.2.1.3. Quadro esquemático
 - 18.2.1.4. O procedimento desapropriatório
 - 18.2.1.5. Imissão provisória na posse
 - 18.2.1.6. Cálculo da indenização
 - 18.2.1.7. Direito à retrocessão
 - 18.2.1.8. Desapropriação indireta
 - 18.2.1.9. Direito de extensão
 - 18.2.1.10. Desapropriação por zona ou extensiva
 - 18.2.2. Limitações administrativas
 - 18.2.3. Tombamento
 - 18.2.4. Servidão administrativa
 - 18.2.5. Ocupação temporária
 - 18.2.6. Requisição administrativa
- 18.3. Resumo
 - 18.3.1. Resumo das jurisprudências deste capítulo

Bibliografia